

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.720 - RJ  
(2020/0220952-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : VICENTE LIMA CLETO INCORPORADORA LTDA**  
**EMBARGANTE : CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A**  
**ADVOGADO : RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA - RJ107861**  
**ADVOGADOS : FERNANDA GOMES VIDIGAL SOARES - RJ125848**  
**KELLY CRISTINA FONSECA DA COSTA GASPAR -**  
**RJ122445**  
**LUIZ RINALDO ZAMPONI FILHO - RJ145770**  
**EMBARGADO : VITOR DE OLIVEIRA XAVIER**  
**ADVOGADOS : RODRIGO MOURA FARIA VERDINI - RJ107477**  
**ANDRÉ CORRÊA CARVALHO PINELLI - RJ168804**  
**IGOR LEAO DE SOUZA LIMA - RJ169514**  
**ANSELMO FERNANDEZ DE ASSUNCAO BORGES -**  
**RJ184587**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por VICENTE LIMA CLETO INCORPORADORA LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

3. Acontece que, ao contrário da dificuldade encontrada pela r. decisão embargada, a quaestio iuris se mostra de fácil compreensão.
4. A confessada inexistência de intenção do Embargado em alugar o imóvel (ou seja que pretendia lucrar com a unidade), importa na ausência de fundamento para o acolhimento do pedido de indenização por lucros cessantes, uma vez que não houve renda que tenha sido obstada.
5. Portanto, ao conceder indenização por lucros cessantes hipotéticos, o acórdão violou o artigo 402 do Código Civil (que limita os lucros cessantes aos ganhos que efetivamente a parte efetivamente teria não fosse a ocorrência de ato de outrem), o artigo 884 do CC (uma vez que a indenização acabou provocando o enriquecimento sem causa do Embargado) e artigo 944 do mesmo diploma (que exige a ocorrência de dano para fixação de indenização).
6. Neste sentido, essa Colenda Corte há muito vem se manifestando sobre a violação legal apontada no Recurso Especial, que se consolidou no sentido de que os lucros cessantes estão adstritos a previsão objetiva de lucro que tenha sido obstada

(O QUE NÃO OCORRE NO CASO):

7. Assim, a decisão embargada OMITIU-SE por completo de que, essa Colenda Corte há muito vem se manifestando sobre a violação legal apontada no Recurso Especial, que se consolidou no sentido de que os lucros cessantes estão adstritos a previsão objetiva de lucro que tenha sido obstada (O QUE NÃO OCORRE NO CASO):

[...]

8. Conforme se verifica no Agravo em Recurso Especial, restou consignado que a decisão agravada merece reforma, uma vez que o v. acórdão recorrido violou o instituto dos lucros cessantes porque não houve renda que teria deixado de ser auferida pelo Embargado.

9. E mais. Ao arbitrar indenização por lucros cessantes o acórdão contribuiu para o odioso instituto do enriquecimento indevido.

[...]

12. Contudo, diferentemente do restou consignado pela decisão embargada, conforme se verifica no Agravo em Recurso Especial, restou consignado que a decisão agravada merece reforma, uma vez que o v. acórdão recorrido violou os termos dos artigos 186 e 944 do Código Civil Brasileiro, uma vez que conforme se analisa dos autos, o Agravado não demonstrou qualquer prejuízo de ordem moral ocasionado pelo alegado atraso na entrega do empreendimento.

13. Ressalta-se que o nexo de causalidade, no tocante à responsabilidade civil, é elemento essencial à sua constituição. Pode até haver responsabilidade sem culpa, como ocorre quando das hipóteses de responsabilidade objetiva, mas sem nexo causal não há responsabilidade civil.

14. E ainda que estivéssemos tratando de inadimplemento contratual perpetrado pelas Embargantes, conforme consagrado pelos tribunais e pela doutrina, a mera inadimplência de obrigação contratual não é um fato capaz de configurar dano moral.

15. Assim, além da transcrição das ementas restou amplamente demonstrada a divergência existente entre os julgados indicados no recurso interposto (fl. 612/614).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os

embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

**Foi aplicada a Súmula 284/STF, pela alínea "a", uma vez que as razões recursais delineadas no especial estavam dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, e, quanto à alínea "c" não foi comprovada a divergência jurisprudencial, pois a mera transcrição de ementas não supre a necessidade de cotejo analítico.**

**Atentando-se as razões dos embargos de fls. 611/615, verifica-se que estão completamente alheias ao conteúdo da decisão de fls. 604/609, uma vez que a parte apenas traz discussões concernentes ao mérito da questão discutida.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente